

BOLETIM 74

Brasília, 3 de março de 2016

Ação de impugnação da CNTI contra CNTIC obtém vitória histórica no TST

*Decisão unânime da 4ª. Turma
confirma CONTRICOM como
única e verdadeira representante
dos trabalhadores da construção
e do mobiliário*

A 4ª. Turma do Tribunal Superior do Trabalho – TST, por unanimidade, em sessão realizada nesta quarta-feira (2), decidiu negar provimento ao recurso impetrado pela CNTIC – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção, que buscava manter o seu reconhecimento sindical. A decisão seguiu manifestação no mesmo sentido da primeira instância da Justiça do Trabalho de São Paulo, confirmada, posteriormente, pelo TRT-2ª Região. A 4ª. Turma do TST é presidida pelo ministro João Oreste Dalazen e o processo foi relatado pela ministra Maria de Assis Calsing.

O processo originou-se ainda no ano de 2009, quando apenas três federações laborais,



Na foto acima, Mazinho, Dr. Custódio e Dr. Davi (da CNTI) na sede do TST, em Brasília. Na foto abaixo, Dr. Custódio faz a sustentação oral perante a 4ª. Turma do Tribunal



com base na Portaria 186 do Ministério do Trabalho, resolveram criar a CNTIC. Na ocasião, 12 federações estaduais de trabalhadores da construção e do mobiliário, vinculadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI (ecclética), recusaram-se a participar da criação da nova confederação. A CNTI, em razão disso, decidiu entrar com uma Ação Declaratória de Nulidade, em 15 de dezembro do mesmo ano, buscando, preliminarmente, anular a assembleia geral, realizada no município de São Bernardo do Campo, que foi convocada e, por fim, realizada com o objetivo de se criar a CNTIC.

Segundo o advogado da CONTRICOM, dr. Carlos Pereira Custódio, que acompanhou o processo e fez a sustentação oral durante a sessão da 4ª Turma do TST, “à época, a CNTI chegou a fazer uma assembleia em que 12 federações foram contrárias à nova confederação e entrou com uma medida cautelar obtendo uma liminar para suspender a assembleia convocada por apenas três federações. No entanto, essa liminar foi derrubada no TRT e a assembleia acabou sendo realizada”.

Dr. Custódio lembra que a CNTI entrou, então, com um mandato de segurança contra essa decisão, negado inicialmente, o que gerou um recurso no TST, que acabou por extinguir o mandato de segurança, voltando o processo à instância inicial. “Nesse tempo, lembra o advogado, a CNTIC entrou com um pedido de registro junto ao Ministério do Trabalho, o que acabou acontecendo com base na referida Portaria 186. Quase à mesma época, as outras 12 federações resolveram fundar e reivindicar o registro da CONTRICOM junto ao Ministério do Trabalho (hoje, já são 14 federações), o que

acabou se efetivando, com o reconhecimento de duas confederações laborais do setor.

No entanto, com a volta do processo a São Bernardo do Campo, onde tudo se originou, o juiz de 1ª instância resolveu cancelar e anular todos os atos praticados pela CNTIC, decisão mantida pelo TRT-2ª Região, após recurso interposto pela entidade, entre outras razões porque duas das três federações que pleiteavam a constituição da confederação não representavam especificamente os trabalhadores da indústria e do mobiliário. Outras fragilidades do processo também levaram àquela decisão, agora, finalmente, confirmada pelo TST.

O advogado da CONTRICOM, que fez a defesa da manutenção das decisões em 1ª e 2ª instâncias, que “o recurso, na prática, no seu mérito, sequer foi conhecido, por falta de fundamento” Em sua sustentação, ele lembrou aos ministros que a Procuradoria no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou pela inconstitucionalidade de alguns dispositivos da Portaria 186, entre os quais o artigo 20, que vinha dando sustentação aos recursos da CNTIC”.

O dr. Custódio informou, ainda, que o Acórdão referente à sentença da 4ª Turma do TST deverá ser publicado nos próximos dias e que a CNTIC poderá ainda tentar reverter a decisão através de Embargos de Declaração e de Recurso Extraordinário, no âmbito do próprio tribunal, e, por fim, restará o Agravo de Instrumento no STF, mas ressaltou que “o mais importante é que as três instâncias trabalhistas deram ganho de causa à ação inicial da CNTI, agora, abraçada pela CONTRICOM, como legítima e única representante específica dos trabalhadores da indústria e do mobiliário”.



O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, que acompanhou toda sessão, afirmou que “trata-se de uma grande vitória, pois com isso muitos sindicatos que tinham dúvida sobre a entidade que de fato e de direito os representa, agora, com a decisão do TST, que é histórica para nós, não podem ter mais nenhuma dúvida”. Mazinho lembrou que “durante esses últimos anos, fizeram questão de gerar essa dúvida, difundindo, inclusive, que estavam obtendo vitórias na justiça, o que não é verdade, o que acabou de ser sacramentando pela instância máxima da Justiça do Trabalho de nosso país. Com essa decisão, temos condições de fortalecer ainda mais a representatividade da CONTRICOM junto, principalmente, aos sindicatos de base”, sentenciou Mazinho.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Venda nos supermercados cai 19,6%

Em janeiro, as vendas do setor supermercadista em valores reais desabaram -

19,64%, na comparação com dezembro de 2015, segundo dados divulgados pela Associação Brasileira de Supermercados (Abrás), divulgado na segunda-feira (29) pela entidade. No acumulado do ano, as vendas apresentaram queda de -3,38%, na comparação com o mesmo período do ano anterior (janeiro de 2015).

“O setor supermercadista iniciou o ano sentindo o péssimo ambiente econômico que afeta o País. Desemprego e inflação em alta, reduzindo a renda disponível do consumidor, combinado a um quadro de incertezas econômicas que impactou as vendas”, afirma Sussumu Honda, presidente do Conselho Consultivo da Abrás.

As maiores quedas foram do leite em pó integral (-1,51%), frango congelado (-1,08%), carne dianteiro (-1,05%) e creme dental (-1,03%).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Recessão reduz gasto com Saúde no país para R\$ 3,89

Levantamento do CFM aponta redução do custo per capita/dia gasto pelos governos com o SUS. “Sistema está comprometido”, alertou a entidade

Enquanto as filas nos hospitais estão cada dia maiores, há falta de medicamentos, leitos, espera por meses para a realização de exames, o atual governo reduziu o gasto com Saúde na comparação entre 2013 e 2014 e está abaixo da média dos países com modelos públicos de atendimento de acesso universal nas Américas, segundo estudo realizado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), em conjunto com a ONG Contas Abertas.



De acordo com o CFM, o governo federal somado aos governos municipais e estaduais aplicou por dia, em 2014, R\$ 3,89 per capita para cobrir as despesas públicas com saúde dos mais de 204 milhões de brasileiros. O gasto anual por pessoa em saúde naquele ano foi de R\$ 1.419,84.

“Em ritmo regressivo, as aplicações em saúde por parte da esfera pública, já corrigidas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), caíram 0,93% entre 2013 e 2014, atingindo a cifra de R\$ 290,3 bilhões – cerca de 3 bilhões a menos que no ano anterior. Esse montante agrega todas as despesas na chamada “função saúde”, destinada à cobertura das ações de aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e outras com impacto direto na área. Boa parte desse dinheiro é usada também para o pagamento de funcionários, dentre outras despesas de custeio da máquina pública”, explica o CFM.

Houve queda de R\$ 10,3 bilhões nas despesas municipais (déficit de 8,83% em relação ao ano anterior), de R\$116.465.650.416,34 para R\$106.179.144.556,50. Para o economista e secretário-geral da ONG Contas Abertas, Gil Castello Branco, a culpa é da crise econômica criada pelas políticas adotadas pelo governo Dilma.

“Em 2013 e 2014, com a preocupação predominante da reeleição, o governo aprofundou o uso da política fiscal para tentar reativar a economia a qualquer custo. Isenções e benefícios fiscais foram concedidos sem os resultados esperados. Assim, as receitas que já vinham diminuindo em decorrência da retração econômica, foram também afetadas pelos benefícios fiscais e isenções, o que fez murchar também as arrecadações dos estados e dos municípios”,

afirmou Gil Castello Branco.

Consolidação das Contas Públicas		
Função Orçamentária Saúde*		
Valores constantes (R\$) **		
Esfera de Governo	2013	2014
União	97.166.766.677,09	100.874.606.991,88
Estados	79.389.384.658,82	83.233.688.754,28
Municípios	116.465.650.416,34	106.179.144.556,50
Gasto Total	293.021.801.752,25	290.287.440.302,67
Gasto per capita / ano	1.445,10	1.419,84
Gasto per capita / dia	3,96	3,89

O presidente do CFM, Carlos Vital, avalia que a carência financeira pode ainda ampliar os problemas enfrentados pela rede de hospitais federais, conveniados, filantrópicos e santas casas, que no ano passado sofreram com sucessivos atrasos e falta de pagamentos. “Por conta do sub-financiamento histórico e da má gestão, todo o sistema está comprometido. As autoridades precisam reconhecer a saúde pública como prioridade. Os problemas do setor começam com a definição destas prioridades e se estendem para a transposição de metas e para o orçamento e sua execução. Trata-se de um perverso ciclo, reforçado pela carência de recursos e pela descontinuidade das ações administrativas nos estados e municípios, além da leniência e da corrupção”.

De acordo com os dados do Global Health Observatory Data Repository, mantido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), revelam que do grupo de países com modelos públicos de atendimento de acesso universal o Brasil era, em 2013, o que tinha a menor participação do Estado (União, Estados e Municípios) no financiamento da saúde.

O Brasil está abaixo da média das Américas, cujo investimento per capita do setor público em Saúde, em 2013, foi de US\$ 1.816. – enquanto no Brasil, naquele ano, foi de US\$ 523 (71,2% menor).



Considerando a fatia pública do total das despesas em Saúde, no Brasil, esse percentual é de 48,2%. A proporção é baixa se comparada ao verificado em países como o Reino Unido (83,5%), França (77,5%), Alemanha (76,8%), Espanha (70,4%), Canadá (69,8%), Argentina (67,7%) e Austrália (66,6%).

O Brasil gasta US\$ 1.085 anuais per capita, incluindo os gastos feitos pelos setores público e privado. Estamos abaixo em relação a todos os demais países: Canadá (US\$ 5.718), Alemanha (US\$ 5.006), França (US\$ 4.864), Reino Unido (US\$ 3.598), Espanha (US\$ 2.581).

Leitos - Durante o primeiro mandato do governo Dilma 13 mil leitos hospitalares foram fechados mesmo com a oferta de leitos no Brasil já sendo abaixo do que é recomendado pela OMS. A média nacional são de 2,3 leitos por mil habitantes, o mínimo recomendado são de três na mesma proporção. A Alemanha em 2014 já possuía 8,2 leitos por mil habitantes, França (6,6), Cuba (5,1), Argentina (4,5), Canadá (3,2), Espanha (3,2), China (3,9), Itália (3,5), Portugal (3,3).

A situação em que o governo Dilma deixou o povo é catastrófica. Faltam todos os tipos de atendimento. Faltam medicamentos básicos, até remédios para HIV, câncer, Alzheimer, sífilis. Mães estão parindo seus filhos em cadeiras nos corredores. Pessoas acima dos 60 anos com cirurgias cardíacas sendo adiadas por meses, pessoas sem conseguir realizar cirurgias para retirada de tumores, mulheres, homens e crianças agonizando de dor nas filas de oras por atendimento, hospitais sem comida, sem limpeza, sem papel higiênico.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Casos de dengue aumentam 46% no país

Segundo boletim do Ministério da Saúde, os casos de dengue aumentaram 46% em relação ao mesmo período de 2015, ano de maior epidemia de dengue no Brasil, onde os casos chegaram a 1,6 milhão.

Segundo o ministério entre 3 de janeiro e 6 de fevereiro, o país registrou 170.103 casos de dengue, contra 116.452 no ano passado. Os dados são elaborados a partir de dados de atendimentos nas unidades de saúde de Estados e municípios.

A doença é transmitida pelo mosquito *Aedes Aegypti*, mesmo transmissor da Chikungunya e do Zika, possível causador do surto de microcefalia que já ultrapassam 4 mil casos no país.

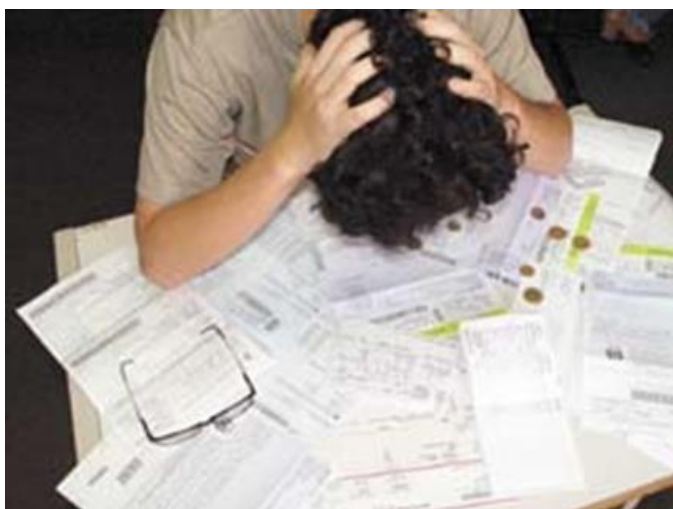
Os dados indicam que o país já registra 83,2 casos de dengue a cada 100 mil habitantes. O Mato Grosso do Sul, é o estado com o maior índice de casos da doença na população, são 285 casos a cada 100 mil habitantes, chegando perto dos 300, índice considerado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como epidemia. No mesmo período do último ano, essa taxa era de 71,7 casos na mesma proporção. Em seguida estão os estado do Tocantins (248,5), Minas Gerais (230,5) e Espírito Santo (205,2).

Também segundo o boletim em 2015, foram registrados 26.952 casos suspeitos da febre chikungunya em municípios de 12 estados e no Distrito Federal. Neste ano a febre foi confirmada também no Ceará.

Já o Zika vírus tem circulação confirmada em 21 estados e no Distrito Federal. Não registraram casos os estados do Acre, Amapá, Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E para o infectologista

Marcos Boulos, coordenador de controle de doenças no estado de São Paulo, há possibilidade de que parte dos casos classificados como dengue sejam de zika, devido à dificuldade em diferenciar as doenças.

Fonte: Comunicação CONTRICOM



Aumento do desemprego está elevando índice de inadimplência

O aumento do desemprego e a inflação descontrolada estão começando a impedir que a população tenha acesso aos serviços mais básicos, como luz, água e serviços de comunicação, devido à falta de pagamento, apontam os índices de inadimplência apurados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL).

Segundo os dados, em janeiro, o número de contas inadimplentes de água e luz aumentou

17,01% na região Sul e 13,03% no Centro-Oeste em relação ao mesmo mês do ano passado.

Já nas regiões Norte e Nordeste, os maiores atrasados estão nos serviços de comunicação. Nas duas regiões, a inadimplência média teve aumento de 6,53% e 8,43%, respectivamente.

A região Sudeste ficou fora das estatísticas de inadimplência por causa das mudanças na lei de negativação vigente no Estado de São Paulo, o que pode distorcer a base de comparação.

Ainda assim as pendências com bancos respondem pela maior parte das dívidas em atraso no país, entre 30% e 40%, dependendo da região.

Luis Carlos Bento, presidente da Intervalor, empresa de cobrança que trabalha com serviços de telefonia e TV por assinatura, confirmou que houve aumento expressivo na inadimplência, sendo o maior motivo o desemprego.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)